

Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados



Pedro Lupion (Repúblicanos-PR) participou, ontem, de reunião da FPA na Fazenda sobre o PL da renegociação de dívidas rurais

PAUTAS-BOMBA

Governo e FPA buscam consenso

Fazenda tenta impor restrição à renegociação com produtores afetados com mudanças climáticas para reduzir impacto fiscal

- » FERNANDA STRICKLAND
- » FRANCISCO ARTHUR DE LIMA
- » LUIZA ALTOÉ
- » RAPHAELA PEIXOTO

As negociações entre o governo federal e a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) seguem sem consenso sobre o alcance das medidas de apoio aos produtores rurais afetados por eventos climáticos. O principal ponto de divergência é a abrangência do Projeto de Lei (PL) 5.122/2023, que cria uma linha especial de crédito para renegociação de dívidas rurais e prevê instrumentos voltados à reorganização do endividamento de produtores afetados por eventos climáticos adversos e pelos impactos econômicos decorrentes de conflitos geopolíticos internacionais.

Pelas estimativas do Ministério da Fazenda, o impacto dessa “pauta-bomba” para os cofres públicos chega a R\$ 140 bilhões ao longo de 10 anos. Logo, o governo tenta emplacar uma proposta de Medida Provisória (MP) que restringe a linha especial de crédito a produtores rurais que tiveram suas produções afetadas com efeitos das mudanças climáticas ou de calamidades públicas, a fim de reduzir esses custos.

Mas, enquanto representantes do Executivo defendem restringir os benefícios aos agricultores que acumularam perdas nas últimas safras, parlamentares da bancada ruralista buscam ampliar o atendimento ao maior número possível de produtores. Após a reunião entre integrantes da FPA e o ministro da Fazenda, Dario Durigan, na sede da pasta, o presidente da bancada, deputado Pedro Lupion (Repúblicanos-PR), afirmou que o governo apresentou uma proposta para a renegociação de dívidas rurais, mas destacou que ainda não há acordo sobre os termos da iniciativa.

De acordo com Lupion, seguem indefinidos pontos como o enquadramento dos beneficiários, as taxas de juros, o custo da equalização e a extensão da medida. “Não há qualquer tipo de acordo sobre o fim do PL 5.122/2023 ou aprovação de uma Medida Provisória. O que houve (na reunião de ontem) foi uma proposta do governo de apresentação de uma MP, após a nossa concordância, e isso que vamos trabalhar agora, para ver o enquadramento, a taxa de juros, quanto vai custar essa equalização, e a possibilidade de atender o maior número de produtores”, afirmou.

Já o líder do governo na Casa, deputado Paulo Pimenta (PT-RS), sinalizou resistência à ampliação da proposta para todos os produtores rurais do país. Segundo ele, o impacto fiscal de uma medida com alcance irrestrito inviabiliza esse formato. “Eu não concordo com a proposta de poder estender isso para todos os produtores e produtoras do Brasil. A variação de preço torna o projeto que você não tem dimensão do tamanho dele”, declarou.

Pimenta ainda disse que o governo está disposto a construir

uma solução voltada aos agricultores que sofreram perdas recorrentes em razão de eventos climáticos. “Tudo aquilo que for para garantir que produtores e produtoras que nas últimas seis safras tiveram perdas, pode ter certeza que eu como líder do governo estou empenhado em construir isso com os seus. Mas propostas que tenham por objetivo abrir o escopo do projeto para todos os produtores e produtoras do Brasil, de minha parte não vai ter concordância”, acrescentou.

Conversas

Apesar das divergências, integrantes das negociações afirmam que houve avanço nas conversas entre Dario e os parlamentares da FPA. O deputado federal Sílvio Costa Filho (Repúblicanos-PE) disse que uma das possibilidades em discussão é a apresentação de um projeto de lei ou de uma medida provisória, desde que haja entendimento entre governo e Congresso. Segundo o parlamentar, o objetivo é garantir apoio aos produtores atingidos pelos efeitos climáticos. “A gente discutiu a situação dos produtores rurais, tendo em vista a importância da atenção do governo federal para atender os produtores rurais que foram vítimas dos efeitos climáticos, prejudicando muitas vezes a sua produção”, afirmou.

Costa Filho afirmou também que as equipes técnicas trabalham para transformar os pontos de divergência em uma proposta consensual. Entre os temas ainda em negociação estão as taxas de juros, as garantias exigidas para acesso ao crédito e o alcance das medidas. “A ideia é que ainda hoje, no mais tardar até às 20 horas, seja apresentada uma proposta ao presidente da Câmara para que amanhã, pela manhã, seja efetivamente batido o martelo”, disse o ex-ministro de Portos e Aeroportos.

Ao comentar os principais entraves das negociações, o deputado pernambucano afirmou que as discussões também envolvem os prazos das operações de crédito e as exigências de garantias, além da preocupação do governo com os impactos fiscais das medidas. “Há claramente uma preocupação do governo do presidente Lula com o fiscal, que a gente não pode correr risco de dar finais negativos que prejudiquem o fiscal do país”, acrescentou.

Hoje, o ministro da Fazenda, o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Repúblicanos-PB), e Paulo Pimenta devem se reunir, ainda hoje, para construir um texto de entendimento. A expectativa é de que, até semana que vem, haja uma solução para esse impasse, de acordo com parlamentares que participaram da reunião de líderes após o encontro de Durigan e integrantes da bancada ruralista. No entanto, na agenda oficial do titular da Fazenda para hoje, divulgada na noite de ontem, não havia nenhum compromisso dele nesse sentido.

» Aposentadoria especial avança

Passou, ontem, pela segunda sessão de discussão em primeiro turno do Senado, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que reduz em cinco anos a idade para a aposentadoria de agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias, a PEC 14/2021. A proposta ainda precisa passar por mais três sessões de discussão antes da votação, prevista para o próximo dia 15. Aprovada pela Câmara em 2025, a PEC 14/2021 é relatada pelo senador Irajá (PSD-TO). O texto fixa regras permanentes e transitórias de aposentadoria para agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias, disciplina a forma de contratação desses agentes, prevê medidas de financiamento pela União e estende as regras aos agentes indígenas de saneamento e aos agentes indígenas de saúde.

CAPITALMOTOWEEK.COM.BR
@CAPITALMOTOWEEK

acelera
Está chegando a hora
de viver a cidade da moto.

Capital
MOTO WEEK
2026

BARÃO VERMELHO ENCONTRO
FORMAÇÃO ORIGINAL
NAZARETH EAGLE-EYE CHERRY
MARCELO FALCÃO TIHUANA
RAIMUNDOS MATANZA RITUAL
MASTERS OF VOICES LVCAS
DI FERRERO VELVET CHAINS
GIANA THE JAILBIRDS SUPLA
e mais de 100 shows em 10 dias de festival

23/jul a 1/ago 2026
Parque Granja do Torto - Brasília/DF

Ingressos
Antecipados em:
BilheteriaDigital.com

clube
CORREIO BRAZILIENSE
40%
DE DESCONTO*

PATROCÍNIO:

Lei Rouanet

PATROCÍNIO:

PEPSI

CERVEJA OFICIAL:

SPATEN

GASOLINA OFICIAL:

podium

MOTO OFICIAL:

HONDA

CAPACETE OFICIAL:

LS2

PNEU OFICIAL:

MICHELIN

LUBRIFICANTE OFICIAL:

Pro Honda

HOTEL OFICIAL:

Hplus
HOTELARIA

EMISSORA OFICIAL:

tv globo

PRODUÇÃO, GESTÃO E REALIZAÇÃO:

CMW
LUXE EVENT MANAGEMENT

PARCERIA DE MÍDIA:

CORREIO BRAZILIENSE

APÓIO:

LATAM
AIRLINES

SEBRAE

SEST SENAT

IGUATEMI
BRASILLY

REALIZAÇÃO:

MINISTÉRIO DA
CULTURA